

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.528 - SP (2019/0244976-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : ODEBRECHT REALIZACOES SP 16 - EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S.A
ADVOGADOS : GUSTAVO AULICINO BASTOS JORGE - SP200342
KARLA INGRID SANTANA VIEIRA - SP398221
RECORRIDO : LPS ONLINE CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA
RECORRIDO : LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A
ADVOGADO : HÉLIO YAZBEK - SP168204
RECORRIDO : ANTONIO AUGUSTO FERNANDES BARATA
ADVOGADO : NANCI REGINA DE SOUZA LIMA - SP094483

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ODEBRECHT REALIZAÇÕES SP 16 - EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"REVISIONAL DE CONTRATO C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL - Compromisso de compra e venda - Atraso na entrega da obra - Parcial procedência do pedido - Inconformismo da ré - Desacolhimento - Possibilidade de condenação em danos materiais - Lucros cessantes presumidos - Expedição do Habite-se que não se confunde com a data da efetiva entrega das chaves - Inteligência das Súmulas 160 e 162 deste Egrégio Tribunal de Justiça - Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP - Sentença mantida - Recurso desprovido" (fl. 527 e-STJ).

Em suas razões, a recorrente aponta divergência jurisprudencial em relação à condenação por lucros cessantes, ao argumento de que não houve atraso na entrega da obra nem a comprovação, por parte do recorrido, dos lucros que efetivamente deixou de ganhar em decorrência do suposto atraso.

Recurso respondido (fls. 551/559 e-STJ) e admitido (fls. 560/562 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

A recorrente interpôs recurso especial apenas pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Todavia, no tocante à apontada divergência jurisprudencial, deixou de especificar os dispositivos de lei federal nos quais se fundamentou o acórdão recorrido que

Superior Tribunal de Justiça

mereceriam ter a interpretação uniformizada. Nesse ponto, mostra-se deficientemente fundamentado o recurso, cabendo a aplicação da Súmula nº 284/STF.

Confiram-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ENUNCIADO SUMULAR. INCAPACIDADE PARA DEMONSTRAR DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Enunciados sumulares possuem natureza essencialmente abstrata, não se prestando à demonstração de divergência diante da impossibilidade de cotejamento com o caso concreto. *Precedentes.*

2. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e do art. 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, requerida comprovação e demonstração, a qual não foi configurada na presente hipótese em virtude da ausência de similitude fática entre o paradigma e o acórdão impugnado.

3. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea 'c' do permissivo constitucional. *Precedentes.*

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 440.785/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/3/2014, DJe 31/3/2014 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRISÃO ILEGAL. PRETENDIDA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL A QUE O ACÓRDÃO TERIA DADO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF, APLICADA POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

II. No caso, a parte recorrente, nas razões do Especial, não indicou, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos legais que porventura teriam sido objeto de interpretação divergente, pelo Tribunal de origem.

III. A falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'). Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014; AgRg no AREsp 732.546/MA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/11/2015; AgRg no AREsp 854.176/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2016.

IV. Agravo interno improvido (AgInt no REsp 1640138/MG, Rel. Ministra

Superior Tribunal de Justiça

ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017 - grifou-se).

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS MONITÓRIOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO E NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

1. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

2. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente. Súmula 284 do STF.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (AgInt no AREsp 1.091.525/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 02/3/2018 - grifou-se)

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Na origem, a sentença (fl. 493 e-STJ) condenou a parte autora, ora recorrente, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. O tribunal estadual majorou referida verba para 15% (quinze por cento) - fl. 531 e-STJ. E a solução dada neste momento processual implica a majoração dos honorários sucumbenciais para 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento) a ser arcada pela ora recorrente, os quais serão revertidos em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observada a assistência judiciária, se for o caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator